

MEMÓRIA, MITOS E ESQUECIMENTOS: os “voluntários” taubateanos e a Guerra do Paraguai

MEMORIES, MYTHS AND FORGETTINGS: TAUBATEAN “VOLUNTEERS” AND THE PARAGUAY WAR

Suzana Lopes Salgado Ribeiro*, Isabela Gatti Fernandes Da Silva

¹ Doutora em História Social, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil, suzana.ribeiro@gmail.com

² Graduada em História, Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, Brasil, isabelagattif@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta reflexões sobre o maior conflito armado na América do Sul, a Guerra do Paraguai (1864-1870). O evento trouxe grandes impactos para as nações envolvidas, mesmo durante seus anos de duração. No Brasil, além das consequências econômicas desfavoráveis, em decorrência do endividamento do governo, ela serviu para evidenciar e fortalecer o Exército Nacional. No entanto, em seu início, ausência de recursos humanos, obrigou o Estado a promover uma forte campanha de recrutamento de voluntários, para reforçar suas tropas. Desse modo, o presente texto analisa, por meio da leitura de Atas da Câmara Municipal e Jornais, o envolvimento de voluntários da cidade de Taubaté, para a Guerra do Paraguai. Destaca-se neste estudo a sistematização de um roteiro do trajeto percorrido pelos voluntários ao sair da cidade de Taubaté. O estudo também enfrentou uma discussão sobre memória e esquecimento dessa história apontando possibilidades de exploração de relações entre o passado e presente neste lugar de memória.

Palavras-chave: Memória. Esquecimento. Lugar de memória. Recrutamento. História Regional.

Abstract

This article presents reflections on the biggest armed conflict in South America, in the Paraguayan War (1864-1870). The event had great impacts for the nations involved, even during its years of duration. In Brazil, in addition to the unfavorable economic consequences, as a result of the government's indebtedness, it serves to highlight and strengthen the National Army. However, in its beginning, the lack of human resources, forced the State to promote a strong volunteer recruitment campaign, to reinforce its troops. Thus, this text analyzes, through the reading of Minutes of the City Council and Newspapers, or the involvement of volunteers from the city of Taubaté, for the Paraguayan War. It stands out in this study of systematization of a script of the tracking traveled by the volunteers when leaving the city of Taubaté. The study also faced a discussion about memory and this historical history of changes in the exploration of relationships between the past and the present moment of memory.

Keywords: Memory. Forgetfulness. Lieux de memoire. Recruitment. Regional History.

©UNIS-MG. All rights reserved.

How to cite this article:

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado; SILVA, Isabela Gatti Fernandes Da. MEMÓRIAS, MITOS E ESQUECIMENTOS: os “voluntários” taubateanos e a Guerra do Paraguai. *Interação*, Varginha, MG, v. 22, p. 87 - 107, 2020. ISSN 1517-848X / ISSN 2446-9874.

Disponível em: <http://periodicos.unis.edu.br/index.php/interacao/article/view/332>.

DOI: <https://doi.org/10.33836/interacao.v22i1.332>

1 INTRODUÇÃO

Neste ano, completa-se 150 anos do final da Guerra do Paraguai (1864-1870), sendo ela um marco para as nações envolvidas. Nela a Tríplice Aliança, composta por Brasil, Argentina e Uruguai, lutou contra o Paraguai. Contudo, mesmo depois de seu término, as disputas sobre ela continuam, no papel, posto que a historiografia apresenta diferentes interpretações sobre o conflito.

Pode-se dizer, que os motivos da Guerra do Paraguai são elucidados pela historiografia de acordo com três principais perspectivas do conflito: uma patriótica, em que a guerra foi tratada como forma de defesa da integridade brasileira¹, outra imperialista, que retratou a Inglaterra como causadora do confronto² e, a mais recente versão, que a apresenta como parte de um processo de definição de fronteiras vinculada a formação dos Estados nacionais³. Até a sua denominação seguiu as tendências das correntes historiográficas⁴ e, por isso, é ensinada de diversos modos nas escolas e universidades.

Após a pesquisa, notamos como a fonte documental estudada por cada autor foi decisiva para cada versão da história registrada. Ficou evidenciado também que cada escritor tem uma vertente que influencia seu trabalho relacionada às preocupações e necessidade de seu próprio tempo. Por meio das leituras, notam-se as mudanças produzidas pela escolha de métodos e pelo estabelecimento do diálogo entre presente e passado. E é frente a esse movimento de escolha e diálogos que se propôs este estudo, que tenta aproximar no tempo (a Guerra do Paraguai e o hoje), e no espaço (o Mato Grosso e o Paraguai, de Taubaté, no interior de São Paulo). Desse modo, retomando uma temática bastante estudada, propomos um novo olhar: a participação dos voluntários da cidade de Taubaté, no Vale do Paraíba Paulista, na Guerra.

Em 7 de janeiro de 1865, a publicação do Decreto 3371, estabeleceu em 15 artigos garantias aos indivíduos que participassem do conflito. Os “Voluntários da Pátria” seriam beneficiados com dinheiro, terra, emprego público, promoções por bravura, soldos e pensões. Tal

¹ A essa linha podemos relacionar, de maneira geral, os trabalhos de: POMBO, Rocha. *História do Brasil*. Revista e atualizada por Hélio Vianna. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960; CAMPOS, Joaquim. *Vida do grande cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva: Barão, Conde, Marquez, Duque de Caxias*. Pernambuco: Lisboa Imprensa Nacional, 1878; e HOONHOLTZ, Antonio. *Memórias do Almirante Barão de Teffé: Batalha Naval do Riachuelo*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier Irmãos, 1865.

² Um autor representante desta linha é CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. 24 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

³ Podemos relacionar a esta interpretação os trabalhos de DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: a nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁴ A Guerra do Paraguai para os brasileiros, La Guerra Grande ou Guerra de La Triple Alianza, para os países de língua espanhola.

ato mobilizou o Vale do Paraíba, de modo que as famílias se envolveram com o conflito e as cidades se organizaram para enviar suas tropas. Não foi diferente com a população taubateana.

As pesquisas feitas em arquivos da região (nomeadamente no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Unitau - CDPH, no Arquivo histórico Municipal Felix Guisard Filho e da Biblioteca Nacional), apontou fontes documentais (impressas e de arquivos) que comprovam a participação de Taubaté na Guerra do Paraguai. Com isso, e frente a isso, ocorreu a necessidade de expor esses achados não só no meio acadêmico, mas também para a comunidade Taubateana que por vezes não tem conhecimento deste passado.

Importa dizer que, como alerta Tânia de Luca, é grande a relevância das fontes impressas para a escrita da história, entretanto, como outras fontes, os jornais são representações de um passado, normalmente sistematizadas a partir do ponto de vista de uma elite, detentora deste veículo. Assim, as representações dos acontecimentos, por meio de seus textos, devem ser vistas como parciais. A autora ainda descreve a imprensa do século XIX como doutrinária e realizada aos moldes de quem as lia e escrevia, normalmente a elite rica e letrada, visto que grande parte da população era analfabeta e isso deve ser levado em conta na interpretação dos documentos citados neste texto (LUCA, 2008).

O mesmo podemos dizer sobre as fontes de arquivo. As Atas da Câmara de Taubaté nos colocam em contato com informações relevantes, mas, ao mesmo tempo, nos fazem refletir sobre quem as escreveram e sobre quais pontos de vista o fizeram. Verificamos a correspondência entre assuntos tratados em reuniões na Câmara e noticiados nos jornais municipais, de maneira que se pode inferir certa sintonia entre os modos de pensar de um e outro grupo e questionar sobre o restante da população e mesmo os voluntários.

Elaboramos, a partir do material compulsado, um roteiro que sinaliza o trajeto percorrido pelos voluntários para sair da cidade. O objetivo de mapear esse percurso foi mostrar para a população local que lugares corriqueiros abrigam história, e que podem orientar questionamentos da relação passado-presente e da memória da participação dos voluntários na Guerra do Paraguai.

Por fim, trabalhamos a questão do voluntariado e ponderamos o conceito frente a documentação consultada. Entendemos, a partir da leitura e interpretação da documentação, que há muito para ser trabalhado sobre a memória e a história da Guerra do Paraguai, e que a ação dos voluntários ainda está envolta entre mitos e esquecimentos que precisam ser mais estudados.

Documentos taubateanos: Atas da Câmara e Jornais

Chegou à Câmara de Taubaté, notícias do decreto nº 3371, em que foram criados os corpos de Voluntários da Pátria. Podiam se alistar cidadãos entre dezoito e cinquenta anos para servir ao Exército, estimulados por quantias monetárias e doações de terras, tendo preferência para ingressar em cargos públicos. A família dos voluntários mortos ou feridos em combate teriam o respaldo do governo (GUISARD FILHO, 1944). Enquanto que nos setores mais ricos da população - que faziam parte da Guarda Nacional – havia relutância para participar da Guerra, no setor popular houve um grande entusiasmo patriótico. É possível compreender que algumas pessoas se alistavam para mudar de vida, por meio dos estímulos do governo. Outras, no entanto, abriram mão dessas doações, comprovando o caráter voluntário (DORATIOTO, 2002).

Por meio da documentação da Câmara de Taubaté, não é possível verificar, de início, uma participação mais ativa no conflito, foi na 8ª sessão de 30 de janeiro de 1865, sendo a 2ª na presidência do Sr. José Francisco Monteiro⁵ que mostra o primeiro relato a respeito da Guerra com o Paraguai:

O secretário da Câmara Joaquim Pereira da Fonseca, pedindo licença fez perante a mesma e verbalmente de prestar-se gratuitamente ao curativo das famílias de todas, pessoas que marcharem como voluntários da pátria, oferecendo-se mais apesar de sua idade septuagenária para em concorrência fazer o serviço policial de dentro cidade, e marchar como Cirurgião-Mor com a Guarda Nacional, caso chegue o batalhão desta cidade a destacar para fora do município — Leu-se um ofício do farmacêutico Francisco Joaquim de Barros Lima, pondo o seu estabelecimento e pessoa à disposição das ocorrências da pátria [...] (DORATIOTO, 2002, p. 114-117).

O recorte acima faz crer que as notícias a respeito do conflito teriam acabado de chegar a Taubaté, pois, ao analisarmos os documentos, é a primeira menção sobre o conflito, que tomaria primeiro foco nos jornais e na vida dos cidadãos. O jornal Correio Paulistano faz uma sucinta relação com quatorze nomes que parecem ser os primeiros taubateanos voluntários da pátria, que assentaram praça no dia 13 de março de 1865 (CORREIO PAULISTANO, 1865).

A documentação mostra o cotidiano de Taubaté sendo alterado aos poucos. Nota-se que, mesmo com os jornais, as informações demoravam para atingir a todos. Entretanto, os anos seguintes do combate, marcaram a vida de diversas pessoas, seja como ato de patriotismo, como lembrança de perda ou de necessidade de maior número de pessoas.

Por meio da Ata da Câmara, do dia 9 de setembro de 1865, podemos notar que os voluntários provinham de bairros afastados do centro do município. Com isso, é possível vislumbrar uma história social da guerra, uma vez que, as pessoas que se voluntariavam, por serem de bairros mais humildes, precisavam do dinheiro doado aos voluntários da pátria.

⁵ Grande cafeicultor e donos de terras e escravos, responsável por diversas melhorias em Taubaté.

Notamos também que doutores, vigários e juízes foram as pessoas encarregadas em trazer voluntários (GUISARD FILHO, p. 1944).

Entretanto, questionamos porque as pessoas se voluntariavam para a Guerra do Paraguai? Seria a promessa de melhores condições de vida? Seria o patriotismo invocado pela invasão do território brasileiro? Todas as perguntas parecem convergir para uma resposta positiva. No entanto, não podemos esquecer o fato histórico atrelado a imagem mais importante da história brasileira na época, Dom Pedro II. O Imperador, sempre avesso as guerras e ligado a cultura, a ciências e as artes, vai a campo de batalha. Com isso, essa imagem do Monarca participando do conflito pode ter feito com que os brasileiros seguissem seus passos, seja doando parte do salário, se voluntariando ou conseguindo pessoas como voluntários. Lilia Schwarcz retrata o começo da Guerra do Paraguai como a causa do apogeu da imagem do Imperador dos trópicos, pois o patriotismo havia sido exacerbado por este conflito, visto que, todos esperavam uma pequena contenda (SCHWARCZ, 1998, p. 295). No entanto, tamanho foram as dimensões da Guerra do Paraguai, causando discussões até os dias atuais. O confronto, em conjunto com a participação do Imperador nas batalhas e o seu chamado por voluntários, fez com que a cidade de Taubaté, um dos sustentáculos do Império no período cafeeiro, pelo clamor imperial participasse ativamente. E, por meio deste conflito, os grandes detentores de terra ganhavam títulos de nobreza pela arrecadação de voluntários.

Vemos, por meio dos jornais, a participação ativa da Imprensa contra o “invasor” Solano López. Com isso, observamos a formação da nação, explicado por Carvalho, que salienta a importância das guerras na criação das identidades nacionais, materializando o conceito de pátria para os brasileiros. O confronto modificou a situação ao eleger um estrangeiro inimigo, e estabelecer um sentimento de identidade do povo brasileiro. Para o autor, diversos fatores comprovam o surgimento dessa tese. Tais como: a apresentação de milhares de voluntários no princípio do processo, a valorização do hino, da bandeira, as canções e poesias populares (CARVALHO, 2002, p. 37-38).

A Ata da sessão extraordinária, ocorrida em 20 de setembro de 1865, registrava a doação de um taubateano, ação que pode ser vista como um ato de patriotismo. Diz o documento: “Manuel Vieira do Amaral Oferecendo pelas despesas da guerra atual dez por cento do seu ordenado desde o primeiro de outubro em diante até a terminação da guerra [...]” (GUISARD FILHO, 1944, p. 325). Em suma, os documentos até setembro de 1865, fazem crer que os atos do

Imperador, a necessidade, o patriotismo e a obrigação, teriam levado esses homens à batalha, de diferentes formas.

Todos esses fatos culminaram na trajetória dos voluntários taubateanos para a Guerra do Paraguai. Importa dizer, que é possível verificar na leitura dos impressos – tendo em vista a pesquisa nos jornais da cidade - um significativo crescimento dos artigos sobre o confronto, a partir desta data.

É importante ressaltar que alguns jornais foram perdidos, com isso, os exemplares encontrados no arquivo *online* da Biblioteca Nacional foram de grande valor, pois forneceram o nome de alguns desses voluntários⁶. Segundo as informações retiradas desses periódicos, Taubaté ofereceu perto de 200 homens para a Guerra do Paraguai.

Roteiro: lugares, memórias e esquecimentos

O jornal “O Taubaté”, no dia 12 de outubro de 1865, na sessão intitulada “Noticias Diversas”, nos trouxe notícia⁷ sobre voluntários taubateanos indo para o *front*. O periódico contava com detalhes a:

Partida e chegada dos Voluntários - presenciou a população dessa cidade no dia 8 do corrente um dos mais tocantes, e ao mesmo tempo, mais sublime espetáculo. As três horas da tarde reunirão se no alto do convento os voluntários da pátria dessa cidade para encontrar os de Pindamonhangaba, que acompanhados pelo nosso muito distinto patrício dr. Manoel Marcondes de Moura e Costa. Presidente da Câmara Municipal d’aquella cidade: capm. Matheus Marcondes Machado Cezar; seu muito digno delegado de policia que os acompanha até a capital; br Miguel Monteiro de Godoy, com dois antecedentes, membro da comissão patriotica d’quelle município, e outras pessoas distintas ; e seguidos das duas bandas de musica depois de formados em linha e saudados pelo imenso concurso de povo que ahi reunisse, onde se notava, todas as autoridades, e principaes funcionarios, e pessoas gradas, desfilarão pela rua do Rozario até o canto da rua da quitanda em direcção a matriz , d’onde depois de uma breve oração, (v)oltarão de novo a rua do Rozario e seguirão pelo pátio deste nome. descendo pelo rua do Sacramento ao quartel, onde estava preparando um lauto jantar; sendo sempre victoriados pela população com constantes vivas. A’ tarde acompanharam a procissão; e a noite percorreram as ruas, seguidos sempre de grande concurso de povo. No dia 9 ao meio dia, reunidos os voluntários de ambas as cidades em número de 78, em frente da casa do distinto e infatigavel patriota Sr. Tenente-coronel José Francisco Monteiro. a quem se deve principalmente a aquisição de tão grande numero de voluntários: saudados pelo não menos infatigavel e decididamente dedicado à santa causa do paiz, o juiz municipal Sr. Antonio Moreira de Barros, com vivas entusiasticamente correspondidos, forão acompanhados até a capela da Nossa Senhora da Piedade, onde se achava grande concurso de senhoras das principaes famílias, e de povo, ahi entrando no templo fizerã uma breve oração, e depois, formados em linha no pateo, receberam a

⁶ Infelizmente pelo tamanho do artigo proposto não podemos colocar o nome desses voluntários, entretanto, segue a informação dos periódicos para quem se interessar: (*Correio Paulistano* 29 de setembro de 1865, p. 3, Biblioteca Nacional); (*Correio Paulistano* 2 de outubro de 1865, p.3, Biblioteca Nacional); (*Correio paulistano* 17 de outubro de 1865, p.3, Biblioteca Nacional).

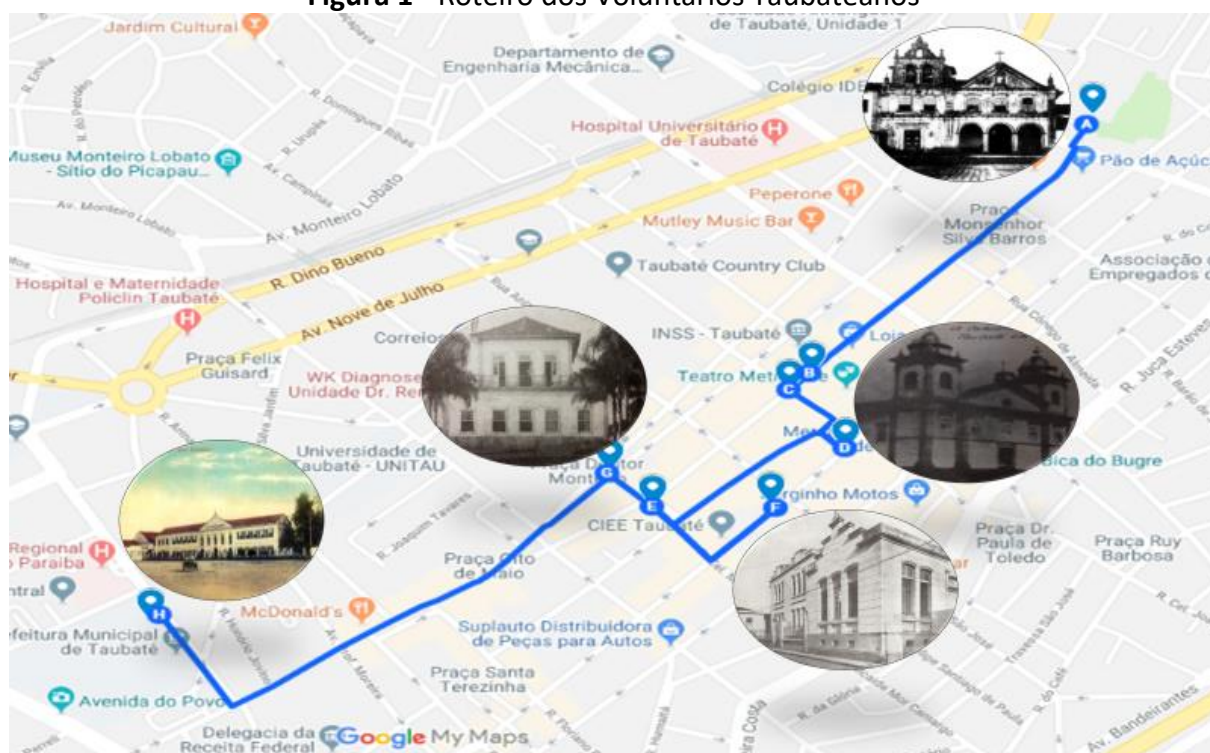
⁷ Jornal O Taubaté data 10 de outubro de 1865 já faz menção sobre a ida de voluntários taubateanos a guerra, entretanto optamos pelo dia 12 de outubro devido a trajetória desses voluntários ser mais elucidada nesse periódico.

despedida da população fazendo-se ouvir algumas pessoas com discursos análogos, e vivas sempre freneticamente correspondidos. D’ahi seguiram todos a cavallo pela estrada da capital. Vão acompanhados até a villa de Caçapava pelas distintos cidadãos, delegado em exercício, o Sr. Antonio José Moreira de Castilho e vigário Padre José Pereira da Silva Barros, cujo concurso tem se feito sentir em todos os actos patriaticos.

Os voluntários desta cidade são acompanhados até a capital pelo aferes Caetano José do Amaral incumbido pela comissão popular, se os apresentar ao Exm. Presidente. Desejaria-mos consignar todas as minucuisidades desse acto tocante, sobre cuja impressão escrevemos: mas tantas emoções diversas nos assaltam a alma que só pode nos fazer presente este ligeiro esboço. Seção esses bravos muito felizes, e voltem cobertos de gloria ao seio de suas famílias, a enxugar as sentidas lagrimas que fizeram derramar. Com este contingente concorre este concorre este município com perto de cem homens para a guerra. Era tempo de sermos aliviados desse pesado tributo; a sua única fonte de riqueza- a lavoura, muito sente com esse desfalque, já superior a maior parte das localidades. O TAUBATÉ, 1865, p.3).

O jornal relata o festejo e o trajeto percorrido por esses voluntários em Taubaté, antes de sua saída da cidade para ir defender a pátria brasileira. A partir da leitura desse documento, foi possível mapear o percurso traçando uma rota dos voluntários taubateanos – de A o convento a H a capela da Nossa Senhora da Piedade. Como segue:

Figura 1 - Roteiro dos Voluntários Taubateanos



Fonte: Criação das Autoras, utilizando plataforma Google Maps

Legenda	Localização
A	Igreja Convento Santa Clara
B	Rua do Rosário (Atual Rua visconde Do Rio Branco)
C	Rua da Quitanda (Atual Rua Carneiro De Souza)
D	Igreja Matriz
E	Pátio do Rosário (Atual Praça Barão do Rio Branco)

F	Quartel e Câmara ⁸
G	Residência José Francisco Monteiro (Atual Rádio Difusora)
H	Capela Nossa Senhora da Piedade (Atual Bom Conselho) ⁹

O objetivo da criação do roteiro foi mostrar que lugares comuns, frequentados do centro da cidade, guardam uma grande relação com o passado e que podemos, portanto, estabelecê-los como lugares de memória da Guerra do Paraguai. Para tanto, é preciso retomar a discussão apresentada por Smolka (SMOLKA, 2006, p. 100), que aproxima o lugar de memória e o lugar comum, na qual indaga: o que se naturaliza, constituindo formas de lembrar e de esquecer? O que se torna ou não visível nas práticas cotidianas? Entendendo que a memória, individual, emocional, coletiva e histórica tem raízes na experiência e que esta pode estar inscrita nos lugares, nas paisagens e nas experiências que estabelecemos socialmente com eles, o que nos impede que registremos histórias e façamos relações entre o passado e o presente a partir desses lugares? Os locais indicados são parte do cenário da vida cotidiana de Taubaté, configurando-se, lugares ao mesmo tempo comuns, de memória e de história.

A construção deste mapa se baseia na proposição que o estudo das fontes pode instrumentalizar a elaboração de roteiros que, de forma intencional, subsidiam a educação patrimonial, estabelecendo ligações entre memória e história, presente e passado. Desse modo, tem o objetivo de mostrar para as pessoas de Taubaté que suas ruas têm Histórias e contar uma delas.

Neste sentido, enquadra-se esta discussão nas reflexões encabeçadas desde a antiguidade, que apontam locais como organizadores da memória individual, e mais recentemente em trabalhos como os de Pierre Nora, Leroi-Gourhan, Halbwachs sobre lugares como formas de externalização da memória, nas ações coletivas, nas comemorações (SMOLKA, 2000), ou na discussão conduzida por Jacques Le Goff, sobre história e memória e História e Documentos Monumentos.

Diálogos entre documentação e historiografia

⁸ Maria Cristina Martínez Soto faz acreditar que, o quartel ao qual o jornal O Taubaté se refere, é o da imagem apresentada no mapa: “ Não se verifica, entretanto, a mesma ênfase por melhorar a casa da Câmara, adequando-a às suas funções. O prédio continuou servindo como quartel, Câmara e sala de audiências ao mesmo tempo[...]” (SOTO, 2001, p. 113).

Imagens, Disponível em: <http://almanaquetaubate.com.br/hmt/apendice.html>. Acesso em 20 de julho de 2018.

⁹Segundo o Almanaque Urupês, o cartão postal foi editado por volta de 1910 e mostra o colégio Bom Conselho (1877), criado por iniciativa do Monsenhor José Pereira da Silva Barros, junto à Capela da Piedade (1753). Fonte: "Lembranças de São Paulo - O Interior Paulista nos Cartões-postais e Álbuns de Lembranças", de Joao Emilio Gerodetti e Carlos Cornejo. Disponível em: <http://almanaquetaubate.com.br/hmt/apendice.html>. Acesso em 20 de julho de 2018.

Como apontado pela historiografia, no princípio dos combates, as primeiras vitórias despertaram um ânimo patriótico. Compunham-se batalhões, tanto a bandeira nacional, quanto o hino, começaram a ser ressaltados, D. Pedro II foi dado como o líder da pátria. Ao mesmo tempo, forjavam-se, por meio da imprensa, os nossos primeiros heróis guerreiros (CARVALHO, 2002). Entretanto, a Guerra do Paraguai analisada pelo corpus documental da época, expõe um passado desconhecido, de sofrimento e luta desses voluntários. Pela longa duração do conflito, era necessário um contingente de pessoas para suprir as baixas. Segundo Mary Del Priore, as pessoas que faziam recrutamentos forçados eram respaldadas desde 1865 pelo o próprio governo imperial, os jornais enchiam-se de anúncios para pessoas a procura de substitutos (DEL PRIORE, 2013, p. 76). O Decreto 3509 de 12 de setembro de 1865 tornou lícito esses atos de substitutos, viável para os mais abastados (DORATIOTO, 2002).

Enquanto a Guarda Nacional, de 1831, era nomeadamente um mecanismo de agregar os proprietários rurais, o serviço militar - tanto no Exército, quanto na Marinha - era visto como um trabalho violento e repleto de castigos. Por consequência, enquanto em outros países o serviço militar era símbolo de estima e dever cívico, no Brasil representava um martírio de que todos procuravam escapar (CARVALHO, 2002). Por outro lado, o Exército, como instituição Nacional, foi essencialmente criado por meio da Guerra do Paraguai. Outrora, existia uma guarda nacional, formada pelos grandes proprietários de terra, com soldados dependentes destes. O alistamento das pessoas comuns, como visto, começou a ocorrer em 1865. Com a rarefação do voluntariado e a longa duração do conflito, tentou-se o alistamento obrigatório, sem êxito. Ao final, passou-se a indicar novos recrutas por mandatos. Tanto a população livre e pobre, quanto a abastada, se viu obrigada a guerrear, entretanto, os últimos usavam de substitutos, pois os escravos eram uma alternativa (SCHWARCZ, 1998).

Assim, a historiografia relata que passa a existir a figura do voluntário/involuntário, e sobre isso achamos uma notícia do periódico “O Taubaté”:

Deligencia importante - No dia 3 do corrente as 11 horas da noite, o enérgico delegado de policia desta cidade, cidadão Antonio José Moreira de Castilho, effectuou em pessoa, junto ao pátio do Rozario a prissão de um desertor do 7^o¹⁰ batalhão de voluntários. A dedicação e esforços deste cidadão, geralmente reconhecidos, se junta o raro exemplo de abnegação pessoal de com risco de sua vida exagerar o comprimento de seus deveres (O TAUBATÉ, 1865, p.3).

O fragmento do jornal confronta a imagem do voluntariado, e faz ponderar sobre o tipo de alistamento que ocorria e possíveis arrependimentos. Entretanto, o que parece mais provável, por meio dos autores citados, é que o “desertor” tenha sido pego contra sua vontade, em um

¹⁰ Batalhão de voluntários ao qual Taubaté se juntou.

recrutamento forçado. No ano datado pelo jornal, 1865, não vemos notícias sobre o recrutamento ilegal, ao contrário, o enaltecimento dessa abnegação em prol da “pátria amada”. Os textos dos periódicos registram um ideal de proteção do território e da honra imperial contra a agressão do chefe paraguaio (COMMERCIAL, 1866, p.1-3). Vemos a figura do herói, o delegado de polícia Antonio José Moreira de Castilho, que havia feito um ato de “abnegação pessoal de com risco de sua vida exagerar o comprimento de seus deveres”. E ao involuntário, sem nome, coube a culpa de provavelmente ter trilhado um caminho forçado. Encontramos ressonância no documento estudado e o texto de Marcelo Balaban. Corroborar, ainda, para esta análise a Carta do delegado de Taubaté ao Chefe de Polícia da Província, do dia 3 de dezembro 1866, em que se encontra escrito:

Com este será entregue a V. Ex. o Voluntário Desertor deste município João Ferrar(sic) d’Oliveira cujos sinais constam da guia que o acompanha, o qual foi [ilegível] por este juízo e no auto de perguntas declarou ser desertor de Voluntário da Pátria” (BALABAN, 2009 p. 234).

Por meio deste documento, é possível verificar que a declaração registra que o acusado se intitula desertor, de forma incriminatória. No entanto, como já ponderamos, essa carta não foi escrita pelo acusado, nem mesmo indica as condições em que fez a declaração. De qualquer forma, 1868 parece ser um marco para as fontes pesquisadas sobre os voluntários de Taubaté, pois, a partir desse momento elas ratificam a tese de voluntários obrigados a combater. Na Ata da Câmara, da Sessão a 15 de novembro de 1868, é possível verificar que os voluntários eram pegos contra a vontade:

O Sr. presidente apresentou um projeto de representação para ser levado a presença de S.M. imperial demonstrando as perseguições praticadas nesta cidade pelo Recrutador e autoridades da polícia, invadindo e varejando diversas casas a título de recrutamento, o qual foi geralmente aprovado[...] (GUISARD FILHO, 1944, p. 424).

Assim, parece razoável afirmar, a partir da interpretação da documentação taubateana, que se no início o confronto pode unir o povo brasileiro, em seus anos finais, trouxe o recrutamento forçado mediado pela invasão das casas. Neste sentido, cabe pensar sobre quais casas eram invadidas pela polícia. Não encontramos essa resposta explicitamente nos documentos compulsados, mas, quanto mais pesquisamos a respeito do tema, mais aparecem indícios que norteiam a conclusão de que a Guerra do Paraguai foi um combate de excluídos. Maria Dourado afirma que os soldados que batalharam no conflito eram um grupo de homens sem armamentos e que não entendiam os conceitos da guerra. Suas análises visam resgatar um grupo sempre esquecido (DOURADO, 2010, p. 16).

Contudo, o conflito noticiado pelos jornais também ganhou nova representação. A comoção e o patriotismo, presentes nos textos dos periódicos, que enalteciam os eventos

brasileiros em busca de maior contingente de pessoas e estimulavam doações para a batalha - vistos na Ata da Câmara de Taubaté analisada – ganha outra roupagem. No jornal “Paulista”, de 6 de dezembro de 1868, vemos os recrutadores, outrora enaltecidos, serem retratados com repúdio. Apresenta-se uma denúncia contra Thomaz Bandeira que foi pego praticando o recrutamento forçado:

Bandeira não mandou de certo perguntar ao Sr. Itauna si podia recrutar na rua, nas estradas, nos caminhos públicos! Essa pergunta pareceria innocente de mais. A questão é portanto outra: o capitão de policia quer carta branca para as costumadas tropelias[...] a entrada em casa do cidadão, para arrancar individuos recrutáveis[...] Franqueza, Sr. Presidente, franqueza! Entende v. ex que se pode entrar na casa de alguém de dia para recrutar? [...] Para recrutar não se pode entrar na casa do cidadão nem de dia nem de noite. A resistencia é legitima. Mas, si Thomaz Bandeira ou outro qualquer, quizer à força, e depois de intimidado para que o não faça em nome da lei, entrar em vossa casa, repelli a força com a força, e morrerei, si for necessário, à soleira da vossa habitação. Nada de recuar: a morte de alguns, provocada, instigada, aconselhada pelos actos da presidencia, é a salvação de todos. Escreva cada um á porta de sua residência: -- Este asylo é inviolável. Coragem, cidadãos! A liberdade compra-se caro, mas é preciso saber (defende-la). A resistencia individual, que encontra abrigo na energia de cada consciencia, é invencivel. Sede homens, sede cidadãos, e triumphareis! (Do Ypiranga) (PAULISTA, 1868, p.2).

Algo antes noticiado como comum, passa a ser visto, ao menos neste texto, como intolerável. Com a documentação analisada, torna-se possível ponderar que o recrutamento recaía, geralmente, sobre a população mais humilde. Segundo o Jornal, essas pessoas, agora consideradas cidadãos, tinham suas casas invadidas. Ao que parece, em Taubaté, a partir de 1868, o processo se intensificou de tal modo que qualquer indivíduo passou a ser passível de recrutamento. Para o governo, o recrutamento deixou de ser uma manobra social usada para restringir a mobilidade dos pobres livres, ou uma forma de punição aos “indesejáveis” da sociedade. Em relação à população, deixou de ser uma eventualidade, para tornar-se um medo constante, ao qual os próprios jornais que antes enalteciam os recrutadores e os voluntários em prol da pátria, a partir deste momento escrevem sobre, a coragem e a resistência contra o recrutamento. Assim, pode-se intuir que por atingir outras camadas da população, camadas de “cidadãos”, era necessário se opor a prática de maneira pública.

O jornal ainda alega que esses recrutadores não estavam indo de acordo com a lei, visto que o art. 168, da lei n. 587, de 19 de agosto de 1846, estabelecia que o recrutamento seria suspenso nos 60 dias anteriores e 50 posteriores a eleição. No entanto, nas palavras do jornal, Taubaté aponta-se que “continua a recrutar”. E esses locais de recrutamento seriam nas ruas, nos lugares públicos, e até mesmo por meio da invasão de casas. Ao que parece, todas essas atrocidades foram feitas por Thomaz Bandeira, o recrutador de Taubaté (PAULISTA, 1868, p.2).

Por meio da leitura dos periódicos, torna-se possível enxergar que nas instâncias locais valia de tudo: agressões, desrespeito às liberdades, perseguições e fraudes. Um jogo de poder incendiado pela guerra. Os jornais que de princípio apoiaram o recrutamento, por fim chamaram a população para lutar contra essas ações inescrupulosas.

Desse modo, por meio dos documentos analisados, é possível inferir que os voluntários da pátria se tornaram um mito. Eram em sua maioria pessoas pobres que iam a peleja por diversos motivos, o patriotismo foi um entre muitos outros, talvez bem mais fortes. Na Guerra do Paraguai houve “voluntários” que nos fazem questionar o conceito. Souza afirma que, com a falta de pessoas para lutar, o negro começou a ser recrutado, ao mesmo tempo em que se sofria com a ausência de mão de obra nas lavouras. Na tentativa de arrecadar mais cativos, o Império instituiu uma lei na qual uma pessoa poderia ter no máximo um escravo doméstico. Uma das soluções encontradas foi alistar escravos de propriedade do Estado e outros de particulares. Os donos de escravos recebiam indenização do governo (SOUZA, 1996). Uns se alistavam como homens livres, outros eram libertados para a guerrear por seus senhores. Houve escravos que fugiam na esperança de verem livres do jugo da escravidão. Para Martins, os ricos encontravam meios políticos de fugir da batalha, esses escravos substituíam normalmente pessoas de camadas médias, já os pobres não tinham escolha (MARTINS, 2009, p.58). Muitos escravos usaram da Guerra em prol de seu interesse, buscando uma vida mais digna mesmo que arriscada, tanto no exército quanto a marinha. Passavam a “ter direito a soldo permanente, comida, vestimenta, e, ainda mais, o respeito que a farda impunha certamente representava o oásis que povoava o sonho de muitos cativos” (SOUZA, 1996, p. 72).

Frente a esse “sonho” muitos escravos fugiam para a Guerra, tentando deixar para trás também o sofrimento da escravidão e a supressão de seus direitos (MARTINS, 2009, p. 61). Sobre o tema, encontramos a seguinte nota no “Correio Paulistano”:

No dia 18 de maio de 1867 de Taubaté fugio de José Francisco Monteiro um escravo de nome Manoel¹¹, creoulo, pardo-escuro, estatura regular, cabelos crespos, rosto redondo, não tem barba, pés grandes, bastante desembaraçado. Levou ponche de pano azul, paletót de casimira preta fina, calça de cassineta riscada, chapéu pardo. Há suposição que o mesmo tentasse ir para o Rio ou S. Paulo sentar praça. Quem o apreender ou der noticia certa será bem gratificado (CORREIO PAULISTANO, 1867 p.4).

Essa suposição que o escravo Manoel tenha ido “sentar praça”, mostra que esses episódios não eram raros. Visto que, para Toral, o Império prometia alforria e fazia “vistas grossas” para as fugas de escravos para a Guerra (TORAL, 1995, p. 292). As lacunas deixadas pela

¹¹ Nenhuma notícia foi encontrada sobre o paradeiro de Manoel.

documentação a respeito dos voluntários de Taubaté, nos deixa sem saber se houve ou não escravos libertos taubateanos lutando no conflito. Além disso, as informações dos documentos encontrados não fazem menção evidente a etnia ou se eram ou não escravos. Contudo, a Sessão secreta, de 24 de dezembro de 1866, mostra o pedido do próprio governo imperial por escravos, ressaltando o ato do imperador de libertá-los para a Guerra, mostrando que essa ação foi seguida por alguns fazendeiros (GUISARD FILHO, 1944, p. 373-374).

Durante o conflito, a escravidão revelava-se como uma grande vergonha brasileira. O Brasil do imperador das artes tornou-se objeto das críticas da imprensa inimiga (CARVALHO, 2002, p. 46). No entanto, mesmo havendo disputas historiográficas sobre o número de libertos participantes do confronto, há consenso de que os escravos não foram maioria na Guerra do Paraguai, e que a população brasileira por ser mestiça fez com que essa visão se propagasse (SCHWARCZ, 1998).

Uma disputa que (não) acabou: entre memórias, mitos e esquecimentos

Parte da documentação consultada por esta pesquisa corrobora para uma memória da Guerra do Paraguai, em especial dos anos posteriores ao final do conflito. Um primeiro apontamento é o pequeno número de documentação achada sobre este período. No total foram consultadas três Atas da Câmara, três reportagens de jornais e outras informações do livro “História do Município de Taubaté” (TOLEDO, 1976). Neste sentido, pudemos notar que pouco foi registrado sobre o conflito após seu desfecho. A maior parte da documentação relativa à Taubaté, faz referência a nomeação de ruas: Riachuelo, Humaitá, Marques do Herval, a pedidos de missa para os brasileiros falecidos nas batalhas e condecorações às pessoas que dela participaram, como foi o caso do Marques do Herval (GUISARD FILHO, 1944, p. 310).

Duas hipóteses podem ser levantadas: a primeira é que a Guerra pode ter representado um evento traumático na história da cidade/país, sobre o qual se impôs um silêncio, após seu término. Alguns fatos podem ter sido determinantes para este esquecimento, entre eles as epidemias (febre amarela e cólera) e o temor do governo imperial, dos soldados e parentes que poderiam reclamar a respeito dos atrasos de soldos e gratificações. Outro motivo, seria a mudança de poder entre liberais, que lutaram durante grande parte do conflito para os conservadores. Ambos fatos comprovam a resistência em se rememorar o conflito.

A morte de López, em primeiro de março, e a comemoração do fim do confronto, em 1870, abriram caminho ao longo do tempo para o esquecimento. Com o passar dos batalhões que

vinham para a casa, as festas iam perdendo o seu brilho, restando apenas a lembrança das testemunhas que assistiram os festejos. Os últimos soldados chegavam sem ser recepcionados e em pouco tempo seriam mandados para as suas respectivas províncias (RODRIGUES, 2001). Nessa reflexão, torna-se importante lembrar a descontinuidade dos jornais, que favorece a proposição de que a documentação sobre o evento pode ter sido perdida. Ou seja, uma pesquisa mais atenta, precisaria ser feita para verificar se os números faltantes dos jornais consultados, não há nada escrito a respeito da Guerra. Entretanto, o presente trabalho buscou registros nos arquivos de Taubaté, e mesmo tendo buscado em acervos como Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Arquivo do Estado de São Paulo, não encontrou registros dos jornais taubateanos, sobre o final do combate. Assim, ficou como compromisso de pesquisa verificar que outras marcas que a Guerra teria deixado na cidade, vinculada a participação de seus cidadãos.

Desta maneira, percebemos que o bairro Paiolino, um dos mais procurados para o recrutamento, receberia também uma atenção especial tempos após o termino do confronto, priorizando-se seus pedidos de reformas infraestruturas (SOTO, 2001). Essas reformas poderiam marcar na cidade a presença dos voluntários e da Guerra, e, isso importa. Pollack, ao refletir teoricamente sobre as relações entre a memória o esquecimento e o silêncio, ressalta que o monumento, como anteriormente apontado por Nora e Le Goff, é fator para o não esquecimento, pois eles nos fazem constantemente lembrar e, entorno deles, construir memórias coletivas. Entretanto, o autor destaca o caráter de disputa e conflitos que a memória assume nos diferentes contextos históricos. Marca que os rumos da escrita da narrativa histórica sobre um determinado evento, ou sobre os sujeitos envolvidos neste evento, como é o caso desta pesquisa, assumem ora tons de silenciamento, ora tons de esquecimento (POLLACK, 1989, p. 3-15).

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas e de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos (POLLACK, 1989, p. 9-10).

Neste sentido, percebe-se que os anos posteriores à Guerra não “coloriram” o passado do confronto, de forma a emergir memórias. Isso nos faz pensar que faltam marcos, monumentos taubateanos – por isso construímos o roteiro destacando alguns deles - que remetam a essa memória, mas, mais que isso, que remetam a história desses ex-escravos que foram lutar como “voluntários” e se transformaram em parte de um mito da memória nacional.

Pollack definiu memória silenciada como sendo aquela que, por motivos políticos ou sociais, ficou submersa, normalmente por fazer referência ao discurso de minorias e assim ele lembra que “lapsos” dessa memória não são involuntários (POLLACK, 1989, p. 3-15). Em 1870, vemos a nossa hipótese da briga entre liberais e conservadores ter sido um dos fatores para o silenciamento da Guerra se confirmar. No trecho abaixo vemos a carta de José Francisco, Barão do Tremembé¹² ao jornal Correio Paulistano:

Negocios de Taubaté - Não nos é possível confirmar as alegações feitas pelo sr. dr. Escobar em relação aos officiaes do batalhão nº13 da guarda nacional desta cidade, ultimamente demitidos sob falsas informações do comandante superior interino pelo presidente da província; tanto mais quando ss. Ora afirma que taes officiaes não foram comprimentar a S. A o sr. Conde d’Eu, e ora que o foram com o segundo uniforme. O sr. dr. Escobar em suas discussões faz mal em apellar para o meu juizo; não só porque sabe que este não lhe é favoravel, como porque me conhece nem para supor que eu apoie taes actos desnecessários de reação que só tem servido para desprestigiar a guarda nacional, e até o principio da autoridade. Sobre o batalhão aludido, e um dos mais antigos desta comarca, quando sujeito ao comando superior de Pindamonhangaba nunca houve reclamação alguma a respeito de não acharem fardados os officiaes. Dividido o commando e sendo eu nomeado commandante superior taes officiaes sempre estiveram fardados e compareceram assim em diversos actos officiaes e mesmo particulares, como se póde justificar com o publico desta cidade, inclusive com o testemunho dos proprios que informaram ao presidente da província, tenentes-coroneis interinos dos batalhões nomeados pelo sr. Itaúna, e cujas patentes, - apesar da reação vertiginosa então desenvolvida, não foram até hoje confirmadas pelo governador geral. Neta época mesmo fez-se exceção aos officiaes do batalhão n.13; e apesar dos sentimentos de vingança que sempre dominaram e continuam a exercer unica e exclusiva preponderancia no animo de alguns conservadores desta cidade, que teriam levado a ferro e fogo esta localidade, se não fôra resistencia encontrada aos seus desmandos, o sr. Itaúna não animou-se a demitir os briosos officiaes daquelle batalhão, sempre sollicitos no cumprimento dos seus deveres, e zelo infatigavel por ocasião principalmente da guerra com o Paraguay. Não desejamos entrar em questões pessoaes, e nem muito menos fazer um parallelo entre os officiaes demettidos e nomeados; pois que s. exc. deve ter outras fontes de informações, e razões para se convencer que os seus delegados nesta localidade procuram iludil-o e convencil-o de factos chimericos, como já o fizera ao sr. Itaúna, accusado por um seu correliginario no senado, e deixado indefeço pelos deputados da provincia, inclusive por aquelle que, residente nesta cidade, sollicitou e continúa á exigir do governo actos contrarios á lei, e reprovados mesmo pela moralidade publica. A demissão dada ao delegado de policia d’então pelas tropellias que praticou deve servir de norma ao governo da provincia e dar a medida exacta da fonte donde emanam taes informações, eivadas de odio e cobranças pequeninas (CORREIO PAULISTANO, 1870, p. 2).

Ao entendermos como esse jogo de poderes afetou e tornou o conflito desconhecido para a cidade e para a região - somado a ausência do nome dos voluntários taubateanos nas ruas, mas dos “grandes homens da guerra” - vemos que a memória não foi consolidada em um âmbito

¹² Devido a grandes feitos de José Francisco no período da Guerra do Paraguai, quando participava do Partido Liberal de Taubaté e organizava manifestos para arrecadar dinheiro e enviar para a frente de batalha. Por essas ações, Monteiro recebeu do Imperador Dom Pedro II o títulos de nobreza, primeiro Barão e depois Visconde do Tremembé. Disponível em: <https://cdph.webnode.com.br/solar/historia/>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

regional, mas, sim, nacional. O que pode ter culminado, com o passar do tempo, em um lapso de memória, por falta de vínculos locais que ressuscitassem a participação taubateana na Guerra.

Os anos posteriores ao confronto foram consultados para entendermos o porquê desse “lapso” de memória sobre a participação taubateana que se mostrou efetiva, por meio das fontes consultadas. Notamos que este fato histórico teria mudado para sempre a vida de alguns cidadãos. Com isso, torna-se inevitável a surpresa de quão abrupta é a falta de fontes documentais do período pós-guerra, nos jornais consultados. As grandes notícias de primeiras páginas a partir deste momento dão espaço para pequenas honras militares. O excerto de jornal abaixo é desconhecido, parece ser pós-guerra, pois estava nas miscelâneas posteriores a data de 1870, do arquivo. Nesse fragmento vemos: “concederam-se ao major cirurgião mor de brigada honorário, Dr. Luiz Bandeira de Gouvêa, as honras do posto de tenente coronel cirurgião-mór de divisão do referido corpo, em atenção aos relevantes serviços que prestou em relação a guerra[...]”¹³.

Entretanto, nas “Efemérides Taubateanas” de Silva, há referências sobre os acontecimentos na cidade de Taubaté, após a Guerra do Paraguai, que servem para analisar o desfecho do conflito sob o ponto de vista taubateano. Entre elas cabe citar: “8 de maio de 1875: Realiza-se baile em homenagem ao tenente do Exército Brasileiro José Vitoriano de Oliveira Moura, taubateano recém-chegado dos campos de luta do Paraguai” (TOLEDO, 1976, p. 64). Se por um lado heróis regionais, mesmo recebidos com honras, foram esquecidos com o passar do tempo, por outro lado, os negros combatentes ao retornarem ao Brasil, não foram recepcionados com bailes. Muitos foram colocados, mesmo após lutar na Guerra e todas as promessas a eles feitas, de volta ao jugo da escravidão (SCHWARCZ, 1998, p. 74). Os libertos ainda tinham de se preocupar com ex-donos de escravos que tentavam reavê-los (SOUZA, 1996, p. 72). Com isso é possível pontuar sobre as dificuldades enfrentadas pelos libertos no Brasil, que não foram considerados como cidadãos com o final da Guerra. O jornal “A Imprensa de Taubaté”, no dia 6 de fevereiro de 1876, seis anos após o final do confronto, noticiava:

Desconhecido- O sr. Delegado de policia o tent. Thomaz Ferreira de Abreu mandou prender um preto trabalhador da estrada de ferro por desconfiar que era captivo segundo informações ministradas. No auto de perguntas respondeu o preto com hesitação e ambigüidade: ora dizia que foi vendido na cidade de Campanha, ora dizia que foi vendido na cidade de Campinas por um dr. Andrade, ora dizia que foi soldado na campanha do Paraguay, ora dizia que foi soldado de permanentes na capital de S. Paulo. Respondeo que se chama Americo de Moura Andrade, não apresentou carta de liberdade nem baixa nem passaporte. O Sr. Delegado remetteu o interrogatório ao exm.sr.dr. chefe de policia para averiguações (A IMPRENSA DE TAUBATÉ, 1876).

¹³ Recorte de jornal não datado encontrado nas miscelâneas pós 1870, Arquivo Felix Guisard Filho.

Apesar de questionado, Americo de Moura Andrade, com sua “ambiguidade” causou dúvidas no delegado, visto que a Guerra e a alforria ocasionou um ruído social que os negros alforriados passaram a significar. Com isto, é vista a falta de interesse, por longos anos, dos historiadores em escrever sobre esse assunto. De acordo com Caio Prado Junior, as fontes documentais acerca da escravidão foram intencionalmente descartadas, como se a história da escravidão pudesse ser esquecida ou negada (PRADO JUNIOR, 1969, p. 192).

Em suma, não bastava ser escravo e ir batalhar em uma guerra de uma nação que não os reconhecia como cidadãos, mas até o apagamento de suas memórias deveria corroborar com a imagem que o Brasil queria passar, de um país sem problemas de desigualdade social. Assim, o estudo da Guerra do Paraguai, por meio desses documentos, mostra a construção de um mito da identidade nacional para poucos.

Não obstante, certa memória do conflito, tentou não ser esquecida. Dessa forma, no dia 24 de maio de 1900, noticiava-se:

Por ocasião do transcurso do trigésimo sexto aniversário da Batalha de Tuiuti, realiza-se em Taubaté uma manifestação em homenagem aos veteranos da guerra do Paraguai aqui residentes, senhores Manoel Agostinho (negociante estabelecido na rua Dr. Winther) e José Elpídio, que pertenceram ao batalhão “Paulista de Voluntários”, e que tomaram parte ativa nos combates desde o início da guerra em 1865[...] (TOLEDO, 1976, p. 64).

Em 15 de maio de 1938, Félix Guisard Filho, escrevia no C.T.I. Jornal, sobre o falecimento do último veterano: “O último veterano de Taubaté que fez toda a guerra contra o Paraguai, José Elpídio Vieira, faleceu a coisa de poucos anos em Taubaté, onde tinha modesta tenda de carpinteiro. Era filho de Francisco Vieira da Costa e de d. Francisca Vieira do Espírito Santo” (1938, p.65).

(In)Conclusões

A partir do estudo realizado pode-se perceber que a instituição militar saiu fortalecida no final da Guerra, dado que antes ela não ocupava lugar de destaque no cenário nacional, resultado do descaso por parte do Estado, que não investia em materiais humanos e técnicos (espaço físico, fardamentos, armamentos, etc.). A imagem negativa que a instituição tinha se modifica. E mesmo ficando evidente que as tropas brasileiras não estavam preparadas para combater no Paraguai, e o processo violento com que o exército organizou seu efetivo de “voluntários” para o conflito, pode-se dizer que o Exército, foi o grande vitorioso de um combate de excluídos.

Contudo é possível perceber por meio da documentação consultada que mesmo com menos ênfase que os mais abastados, os voluntários da pátria foram importantes para os taubateanos, do século XIX. Havia um número grande de notícias que se referiam a eles. Entretanto, porque no período pós-guerra, não são mais lembrados? Seria fruto de um lapso de memória? Dos documentos e patrimônios históricos perdidos?

Para responder tais questões temos que recordar do contexto do século XIX – em que se encontra a Guerra do Paraguai, mas também a proclamação da República, feita por meio de um golpe, que, para se fortalecer, apagava os velhos feitos ou os transformava. Como exemplo temos as mudanças dos nomes das ruas que tinham a identificação com o Império e a criação de novos feriados (SOTO, 2001). Com isso, jornais e outros escritos deixaram de registrar e rememorar a Guerra e passaram a festejar a República. Talvez por isso, haja um silenciamento sobre os voluntários, enquanto nomes específicos das elites – que permaneceram as mesmas – foram lembrados e mitificados.

A definição de mito diverge entre os historiadores pesquisados. Everaldo Rocha (ROCHA, 1996, p. 2), acredita que o mito é uma construção, uma maneira da sociedade se expressar. É reflexo daquilo que a sociedade não consegue entender por si só. Silva e Silva afirmam que as definições vão desde mito como uma mentira, a uma concepção de acontecimentos históricos alterados, sendo esta última que seguimos como base para este artigo, pois o mito utilizou-se do fato histórico, alterando e apagando algumas memórias sobre o conflito (SILVA; SILVA, 2009, p. 293- 294). Segundo Soto (2001), era mais comum que o processo de mitificação surgisse por iniciativa de particulares, passando por uma institucionalização posterior em canais oficiais. Por meio desse processo de mitificação, surgiu uma construção histórica criada com as proezas dos grandes personagens locais que tendem a se encaixar na história nacional, enquanto personagens comuns foram esquecidos e alguns de seus lugares de memória apagados.

Neste texto tentamos mostrar que a participação dos voluntários taubateanos na Guerra do Paraguai precisa ser mais estudada, pois ainda se apresenta em um movimento pendular entre mitos patrióticos e esquecimentos históricos. Na memória e na história, parecem ter sido somente alguns voluntários mortos em um confronto distante. Isso é lembrado, mas, ainda assim raramente diferenciados por seus nomes (SOTO, 2001, p. 250-251). E nos espaços e ruas da cidade pouco se lembra do caminho percorrido por esses soldados. Dito isso, torna-se plausível presumir que, por consequência, a luta dos taubateanos comuns na Guerra do Paraguai pode ter sido apagada, dado o novo contexto histórico que se instala no Brasil com a República.

Defendemos aqui que a memória deste evento e suas condições de participação e consequências para os voluntários deve ser parte da história da cidade. Não de forma idealizada, mas de maneira crítica e respeitosa com o passado. É neste sentido que o roteiro sistematizado pode se transformar em instrumento de mudança de perspectiva e construção efetiva de relações de conhecimento.

Ao sistematizarmos o presente texto, intencionamos entender as lacunas documentais, e contribuir para a compreensão da escrita de uma história que olhe o pobre, o escravo, o voluntário/involuntário, mesmo necessitando interpretar documentos oficiais ou produzidos por uma elite, pois acabam sendo as fontes disponíveis, como no presente artigo. Frente a este problema, compreendemos que o papel do pesquisador é analisar as fontes para mostrar os vestígios de uma memória que não se materializou em locais no presente, e de uma história que ainda não foi contada. Assim, a história da Guerra do Paraguai e de seus voluntários ainda tem grande caminho no enfrentamento de uma luta contra o esquecimento da participação de determinados grupos e no registro dessas experiências, principalmente no levantamento de fontes para a escrita de uma história regional.

Referências bibliográficas e Fontes documentais

A IMPRENSA DE TAUBATÉ, 06 de fevereiro de 1876, Arquivo Felix Guisard Filho.

BALABAN, Marcelo. “**Voluntários involuntários**”: o recrutamento para a Guerra do Paraguai nas imagens da imprensa ilustrada brasileira do século XIX. UNICAMP, 2009.

CAMPOS, Joaquim. **Vida do grande cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva**: Barão, Conde, Marquez, Duque de Caxias. Pernambuco: Lisboa Imprensa Nacional, 1878.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COMMERCIAL, maio de 1866, p.1-3, Arquivo Felix Guisard Filho.

CORREIO PAULISTANO, 27 de junho. De 1867 p.4, Biblioteca Nacional.

CORREIO PAULISTANO, 18 de junho de 1870 p. 2, Biblioteca Nacional.

DEL PRIORE, Mary. **O Castelo de Papel**: uma história de Isabel de Bragança. Princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d’Eu. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: a nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa. **A história esquecida da Guerra do Paraguai:** Fome, doenças e penalidades. São Paulo: USP, 2010.

GUISARD FILHO, Felix. **Taubaté:** atas da câmara 1869-1879. São Paulo: Universal, 1944.

HOONHOLTZ, Antonio. **Memórias do Almirante Barão de Teffé:** Batalha Naval do Riachuelo. Rio de Janeiro: Livraria Garnier Irmãos, 1865.

, Caio. **Evolução política do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1969.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio de periódicos.** Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Cesar. **A dinâmica do recrutamento militar nas províncias de Minas Gerais:** mobilização, conflito e resistência durante a Guerra do Paraguai (1865 – 1870). Mestrado: Juiz de Fora, 2009.

O TAUBATÉ, 12 de outubro de 1865, p.3, Arquivo Felix Guisard Filho.

O TAUBATÉ, 12 de outubro de 1865, p.3, Arquivo Felix Guisard Filho.

PAULISTA, 6 de dezembro de 1868 p.2, Arquivo Felix Guisard Filho.

PAULISTA, 13 de dezembro de 1868 p.2, Arquivo Felix Guisard Filho.

POMBO, Rocha. **História do Brasil.** Revista e atualizada por Hélio Vianna. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

ROCHA, Everardo. **O que é mito.** São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 2.

RODRIGUES, Marcelo Santos. Os (in)voluntários da Pátria: Bahia na Guerra do Paraguai. **Dissertação de mestrado,** UFBA, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador:** D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Vanderlei; SILVA Maciel. **Dicionário de conceitos históricos.** 2.ed, São Paulo: Contexto, 2009.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **Experiência e discurso como lugares de memória:** a escola e a produção de lugares comuns. Pro-Posições, v. 17, n. 2 (50) - maio/ago. 2006.

SMOLKA, A.L.B. **A memória em questão:** uma perspectiva histórico cultural. Educação e Sociedade, n. 71. Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES, Unicamp, 2000.

SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

SOTO, María. **Pobreza e Conflito:** Taubaté, 1860-1935. São Paulo: Annablume, 2001.

SOUZA, Jorge de Prata. **Escravidão ou Morte:** os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad, ADESA, 1996.

TOLEDO, Francisco de Paula. **História do município de Taubaté**. Taubaté: CQ, 1976.

TORAL, André Amaral de. **A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai**. Estudos Avançados, 1995.